

# A GUERRA NAS RUAS: PAPELINHOS NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1821-1824)<sup>1</sup>

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves<sup>2</sup>

---

## RESUMO

O presente artigo busca identificar e analisar os panfletos manuscritos que se sabe terem circulado pelas ruas do Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão, no período entre 1820 e 1824, os chamados “papelinhos”. No tempo de discussões sobre as ideias de constitucionalismo e de independência, a grande importância desses escritos deriva de servirem de principal meio de comunicação para a maior parte da população, ávida de informação sobre a pouco decifrável vida política de então. A partir da análise das linguagens políticas desses manuscritos, procura-se ainda ressaltar ideias e conceitos que se politizavam e democratizavam, demonstrando como esses instrumentos do saber político possibilitaram que a política saísse do círculo restrito da Corte e alcançasse os espaços públicos. O Antigo Regime desmoronava, e anunciava-se o início de uma cultura política moderna, liberal e constitucional.

**Palavras-chave:** Panfletos Manuscritos. Linguagens Políticas. Constitucionalismo.

## ABSTRACT

On the one hand, this paper intends to identify and describe the manuscript flyers known to have circulated on the streets of Rio de Janeiro, Bahia and Maranhão between 1820 and 1824, the so-called *papelinhos*. At the time, mentioning facts and discussing ideas of constitutionalism and independence, the importance of these documents comes from the fact they were the chief available source of information for most of the population about the mostly vexed political life until then. On the other hand, it intends to analyze the political languages to which these pamphlets were

---

1 Este texto é resultado de outros trabalhos de pesquisa realizados em conjunto com José Murilo de Carvalho (UFRJ/ABL) e Marcello Basile (UFRRJ), especialmente o livro *Às armas, cidadãos!* (2012).

2 Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: lubastos52@gmail.com.

affiliated, stressing ideas and concepts as they became politicized and democratized, allowing politics to leave the restricted circle of the Court in order to enter public spaces. Ancien Régime was crumbling, and a modern and liberal political culture was announcing itself.

**Keywords:** Manuscript Pamphlets. Political Languages. Constitutionalism.

Nos dias de hoje, quando as redes sociais e a internet tornaram-se os mais dinâmicos veículos de comunicação, ainda é possível encontrar fixados em alguns postes nas ruas do Rio de Janeiro (e em outras cidades, certamente), pequenos cartazes que divulgam variados serviços oferecidos à população: limpam-se tapetes, reformam-se sofás ou devolvem “a pessoa amada a seu pé”. Ou mesmo, trazem à tona questões sociais importantes, que precisam ser debatidas, como o problema do aborto ou os assassinatos nos garimpos. Talvez tais cartazes não chamem a atenção de muitas pessoas, mas para o historiador que trabalha com os “papelinhos”<sup>3</sup>, ou seja, os panfletos manuscritos de outros períodos (Carvalho; Bastos; Basile, 2012, pp. 7-9), eles ganham um significado especial.

A situação nos séculos passados era bastante distinta da atual. Esses papelinhos, ou as chamadas folhas volantes, não só impressos, mas também manuscritos, constituíam o principal meio de comunicação para a população que circulava pelas ruas, ávida de informação no início do oitocentos. Transformavam-se em novos instrumentos de saber político. Por regra geral, constituíam uma literatura de argumentação, surgida nos tempos de turbulência política, servindo de elemento fundamental para a nascente política pública dos Tempos Modernos (*ibidem*, pp. 7-11).

Na América portuguesa, que permanecia ainda profundamente marcada pela cultura oral e pelos traços próprios do Antigo Regime, aos quais somava-se, também, a peculiaridade da escravidão, esses documentos foram de grande importância para os acontecimentos políticos (Neves; Rodrigues; Santos, 2022, pp. 121-2). Deve-se ressaltar que, nesse ambiente de cultura essencialmente oral, predominava a *voz geral* (Ramos 1995, pp. 137-45), que traduzia a tradição imemorial e o bom senso corrente da comunidade, em oposição ao conhecimento letrado, dotado de evidências e de motivos racionais, situado em determinado tempo e lugar, no sentido mais propriamente histórico do termo (Furet; Ozouf; 1997).

---

3 Papelinhos eram uma expressão de época, que se relacionava à publicação dos diversos panfletos políticos que vieram à luz após a Revolução de 1820, em Portugal, e do movimento constitucionalista no Brasil, em 1821.

A agitação política, o “falar de boca cotidiano” e o imaginário social faziam, por conseguinte, circular as novas ideias políticas relacionadas ao constitucionalismo, possibilitando que tais mensagens não ficassem mais restritas ao pequeno círculo da cultura escrita.

Tais papelinhos, contudo, não foram exclusividade do Reino do Brasil. Tem-se, por exemplo, conhecimento das cinco mil críticas contra o cardeal Mazarino surgidas em meados do século XVII, na época das Frondas, que foram difundidas e lidas pelas ruas e praças públicas de Paris; dos inumeráveis panfletos das Revoluções Inglesas; daqueles relativos à independência dos Estados Unidos; dos que vieram à luz na época da Revolução Francesa; além daqueles publicados no período napoleônico e nas guerras de independência da Hispano-América (Carvalho; Bastos; Basile, 2012, pp.11-2; Starling; Lima, 2021, pp. 31-54).

Mesmo no Brasil, eles foram conhecidos, principalmente, no final do setecentos e início do oitocentos, quando essa literatura de argumentação se tornou um instrumento importante da política da época. Por exemplo, o “pasquim do Calambau”, analisado recentemente por Álvaro Antunes e Luciano Figueiredo (2022). Esse panfleto foi veiculado seis anos depois da condenação dos atores da Conjuração Mineira. Descrevia uma visão pouco comum do movimento, com críticas violentas em relação àquele processo. Sem dúvida, no entanto, foi entre 1820 e 1824 que, no Reino e no Império do Brasil, esses escritos explodiram, em função da relativa liberdade de imprensa, resultante da Revolução de 1820, iniciada em Portugal, travando um poderoso debate político em que as palavras se transformavam em verdadeiras armas de combate, constituindo-se em uma “guerra de afrontas e calúnias” (*O Campeão Portuguez*, 1822, p. 4). Centenas de folhas volantes e dezenas de jornais constituíram a rede transatlântica de debates, que unia os dois lados do Atlântico. Caracterizavam-se por um caráter polêmico, doutrinário e didático, sob a forma de comentários acerca dos fatos recentes ou de discussões sobre as grandes questões da época, buscando instruir, persuadir e mobilizar seus leitores por meio de uma pedagogia cívica (Neves, 2003, pp. 40-1).

Os panfletos impressos alcançaram maior notabilidade, constituindo mais de quinhentos títulos no mundo luso-brasileiro, além de serem os mais estudados por historiadores. Destaquem-se *O debate político no processo da Independência*, de Raimundo Faoro (1973); *Guerra Literária*, em 4 volumes organizados por José Murilo de Carvalho, Marcello Basile e por mim (2014); e *Vozes do Brasil*, coordenado por Heloisa Starling e Marcela Lima (2022). O presente artigo tem como objetivo analisar e comentar os papelinhos manuscritos, menos conhecidos e trabalhados, para além do que se apresentou em *Às armas, cidadãos!* (Carvalho; Bastos; Basile,

2012)<sup>4</sup>. Esses escritos foram encontrados no Rio de Janeiro, na Bahia, no Maranhão e em Pernambuco. Hoje estão conservados no Arquivo Histórico do Itamaraty (os papelinhos que circularam no Rio, Bahia e Lisboa), na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís (os que se referem ao Maranhão) e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (aqueles que narram episódios de 1824 em Pernambuco, além de alguns escritos sobre o Rio de Janeiro). Isso não quer dizer que eles não circularam ou não foram redigidos em outras províncias, principalmente naquelas que não possuíam tipografias em 1821 e 1822.

### **DISCUTINDO A MATERIALIDADE DOS PANFLETOS MANUSCRITOS**

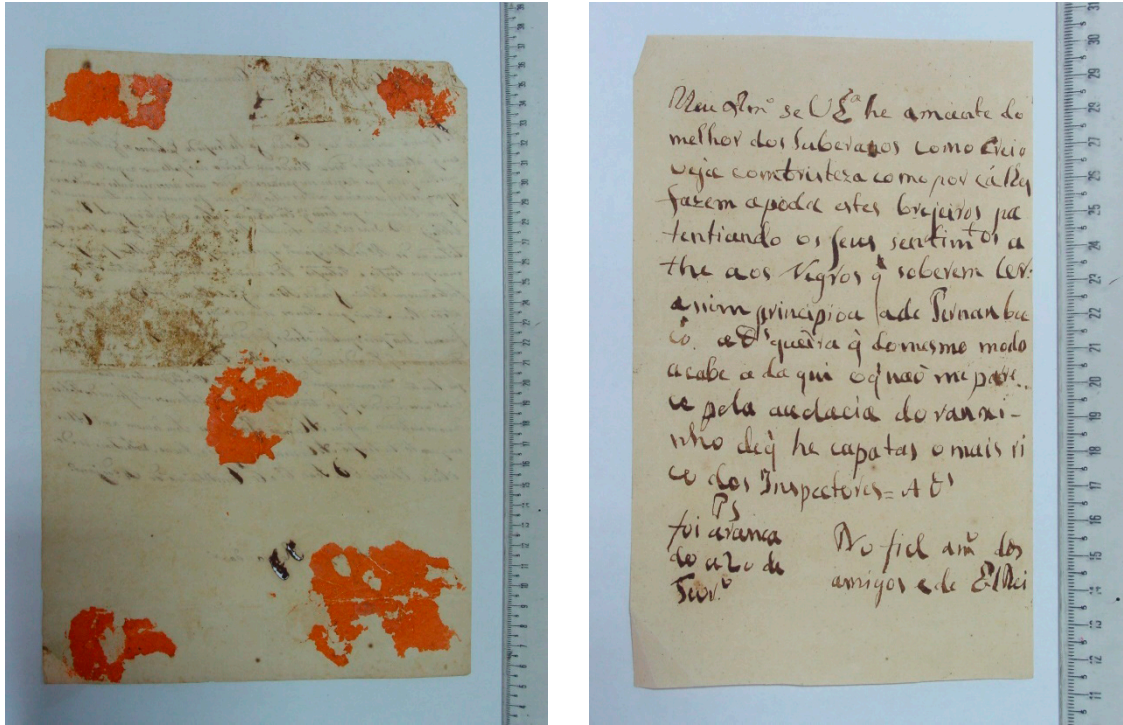
Segundo Roger Chartier, “cada forma, cada suporte, cada estrutura da transmissão e da recepção do escrito afeta profundamente seus possíveis usos e interpretações” (2003, pp. 44-5). Tal afirmativa significa que cada objeto produzido que contém um texto apresenta uma relação com o modo como é utilizado, principalmente no que tange à construção do sentido do texto que este objeto contém. Da mesma forma, o suporte pode também influenciar a própria produção do escrito a ser veiculado. Logo, nessa perspectiva, deve-se levar em conta a dimensão material na qual os panfletos manuscritos eram produzidos. Escritos para circularem pelas ruas, apresentavam-se em folhas soltas, ora em formato horizontal, ora em formato vertical. Eram redigidos em uma ou duas folhas. Em alguns casos, podem-se ainda observar restos da calça atrás do documento original, demonstrando que eram colados em paredes nos espaços públicos e que, provavelmente, muitos foram retirados pelas autoridades locais para evitar o incitamento do povo à nova ordem política e a propagação dessas novas ideias, como se comprova no panfleto “Meu amigo”, em que está registrado que o mesmo foi arrancado em 20 de fevereiro<sup>5</sup>. Ou um panfleto escrito no Maranhão em julho de 1823, no qual o comandante militar remetia à junta de governo da província “pasquins [panfletos manuscritos] que ontem à noite e hoje de madrugada foram encontrados nas esquinas do Daniel, de João Carlos da Serra e do capelão Sá Viana”<sup>6</sup>.

---

4 Há ainda uma dissertação de mestrado (Lucas, 2014), defendida no Departamento de História da PUC-Rio, que pouco acrescenta ao que já foi discutido em trabalhos anteriores.

5 Arquivo Histórico do Itamaraty (doravante AHI), Bahia. Lata 195, maço 6, pasta 13.

6 Biblioteca Pública Benedito Leite (doravante BPBL), São Luís. Pasta 276, M4, G-2, E-11.



Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty, Bahia. Lata 195, maço 6, pasta 13.

Meu amigo se V Ea [Vossa Excelência] é amante do melhor dos Soberanos como creio veja com tristeza como por cá Desfazem o poder estes brejeiros patenteando os seus sentimentos até aos Negros que souberem ler: assim principiou a de Pernambuco e Deus queira que do mesmo modo acabe a daqui o que não me parece pela audácia do ranchinho de que é capataz o mais rico dos Inspetores — A Deus [adeus]  
Do fiel amigo dos amigos e de El-Rei  
PS: foi arrancado a 20 de Fevereiro.  
[Data não identificada]<sup>7</sup>

## OS PAPELINHOS E SUAS ESPECIFICIDADES

Os papelinhos selecionados para esta análise estão circunscritos ao período de 1821 a 1824 — tempo do Constitucionalismo e das Independências. O período inicia-se com os desdobramentos da Revolução de 1820, em Portugal, atravessa o ano das Independências (1822), perpassa as Guerras Civis no Império do Brasil, os debates da Assembleia Constituinte em 1823 e atinge o ano de 1824, quando da outorga da Constituição do Império e das revoltas que ocorreram em oposição à atitude do imperador Pedro

<sup>7</sup> Transcrição feita em Carvalho, Bastos e Basile, 2012, p. 109.

I, como a Confederação do Equador. O maior número de escritos concentra-se em 1821 — momento em que as discussões políticas se voltavam para uma unidade transatlântica a favor das ideias constitucionais, contra o absolutismo e a tirania dos governos e procuravam explicar os princípios que garantissem as liberdades individuais, difundindo um novo vocabulário político, comum às elites ilustradas de ambos os lados do Atlântico.

Apesar de ser encontrado nas ruas do Rio de Janeiro, da Bahia, do Maranhão e de Pernambuco, é bastante provável que o panfleto manuscrito fosse o meio de comunicação mais utilizado naqueles tempos de agitação política nas diversas cidades. Vale lembrar que o periódico *Conciliador do Maranhão* teve início, em 1820, como uma gazeta manuscrita, divulgada regularmente por sete meses<sup>8</sup>, até que passou a ser impressa, em abril de 1821. Também há notícias de que, no Pará, desde o final de 1820, devido à falta de uma imprensa na capital, pasquins e manuscritos circulavam. Desse modo, a junta eleita de governo do Grão-Pará, em 1º de janeiro de 1821, criou uma junta censória de três membros, que devia exercer a censura prévia de todos os manuscritos produzidos na capitania, que só poderiam circular depois da aprovação dos respectivos censores. Além dos autores, também os que copiavam os textos, por quaisquer alterações que fizessem, eram considerados responsáveis (Coelho, 1993, p.105).

De caráter polêmico e didático, sob a forma de comentários de fatos recentes ou de discussões sobre as grandes questões da época, esses textos refletiam uma preocupação coletiva até então inexistente em relação ao político, distinta daquelas práticas que se restringiam ao círculo privado do soberano, passando seus conteúdos a serem discutidos nos novos espaços de sociabilidade. Como regra geral, eram anônimos, sendo muito difícil identificar a sua autoria (Neves, 2015, pp. 155-83).

Quanto ao estilo de escrita, os textos manuscritos eram mais simples e diretos que os impressos, pois se destinavam a causar impacto sobre o receptor e facilitar a compreensão da mensagem. Assim, na Bahia, de um lado, os condutores do movimento — negociantes, bacharéis, oficiais e soldados — agiam com prudência, uma vez que iniciaram um movimento, em 1821, em que prestavam juramento à futura Constituição a ser elaborada pelo Congresso de Lisboa, mas também proclamavam obediência ao soberano, à dinastia e à “conservação da santa religião”. De outro, uma linguagem mais enfática aparecia nesses panfletos manuscritos. Estes incitavam o povo a aderir ao movimento constitucionalista português:

---

8 Infelizmente, até hoje não se encontrou nenhum exemplar dessa gazeta manuscrita, mesmo segundo os historiadores do Maranhão que trabalham com o período, como Marcelo Cheche Galves. Há informações sobre a gazeta manuscrita, na documentação de época.

Heróis baianos! às armas!  
A glória vos chama. Vossos  
Ilustres Ascendentes do Douro,  
e Tejo deram-vos o exemplo, e  
por vós esperam. Gritai audazes  
— Viva a Constituição do  
Brasil, e o Rei que não a recusará<sup>9</sup>.

Pelo texto, verificava-se que o exemplo da luta continuava a ser aquele vindo de Portugal, a mãe-pátria, devendo a Constituição, que estava sendo elaborada pelas Cortes de Lisboa, também ser proclamada e adotada no Brasil.

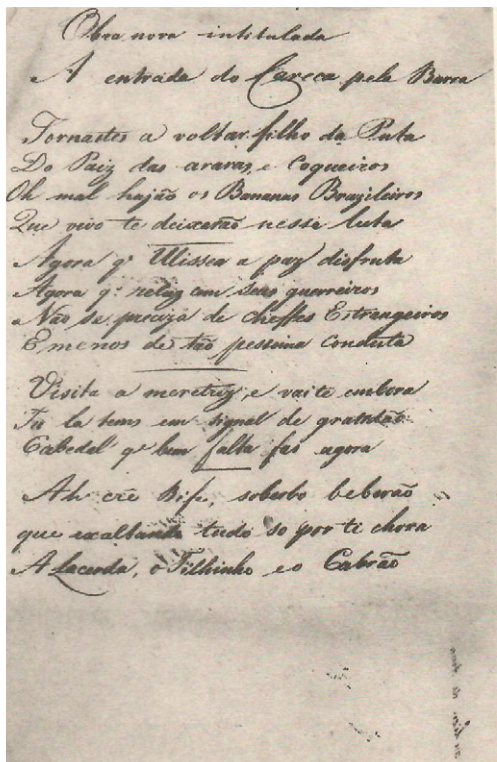
Esses papelinhos estavam, quase sempre, repletos de erros de grafia, demonstrando uma origem mais popular daqueles que o escreviam. Em uma proclamação intitulada “Às Armas Portugueses às Armas amantes da Vossa Nação”, pode-se ler no manuscrito original: “Às Armas avitantes desta Cidade já he tempo de quebrares os Grilhoins em q. atanto tempo tendes Vivido...”<sup>10</sup>. Demonstrava que se tratava, sobretudo, de um escrito redigido, provavelmente, por indivíduos que apresentavam relativo grau de estudo, mas não eram, certamente, letrados diplomados em Coimbra.

A natureza da linguagem dos panfletos manuscritos era mais violenta e contundente do que aquela dos panfletos impressos, cujo tom mostrava-se mais moderado, embora insultos fossem proclamados na imprensa, como já ressaltou Isabel Lustosa: os jornais transformavam-se em palco das maiorias baixarias, especialmente porque a imprensa foi obrigada a adotar recursos da oralidade popular a fim de participar do debate político da época (2022, pp. 23-50). Assim, pode-se explicar que os papelinhos utilizavam esse tom mais virulento e sarcástico não só por sua origem de cunho popular, mas pela acanhada liberdade de imprensa que ainda reinava no Brasil, impossibilitando que algumas informações fossem veiculadas por qualquer tipografia oficial ou particular. Era uma linguagem mais enfática e, até, chula ou grosseira. Tal aspecto verifica-se no panfleto, escrito em Portugal, intitulado “A Entrada do careca na Barra”, uma clara alusão ao retorno do Brasil para lá, em 1821, do Marechal Beresford, lorde inglês que tinha assento no Conselho da Regência. O papeliinho xingava o marechal de “filho da puta” e “soberbo beberrão” e ainda chamava os brasileiros de “Bananas” por terem permitido ele sair vivo do

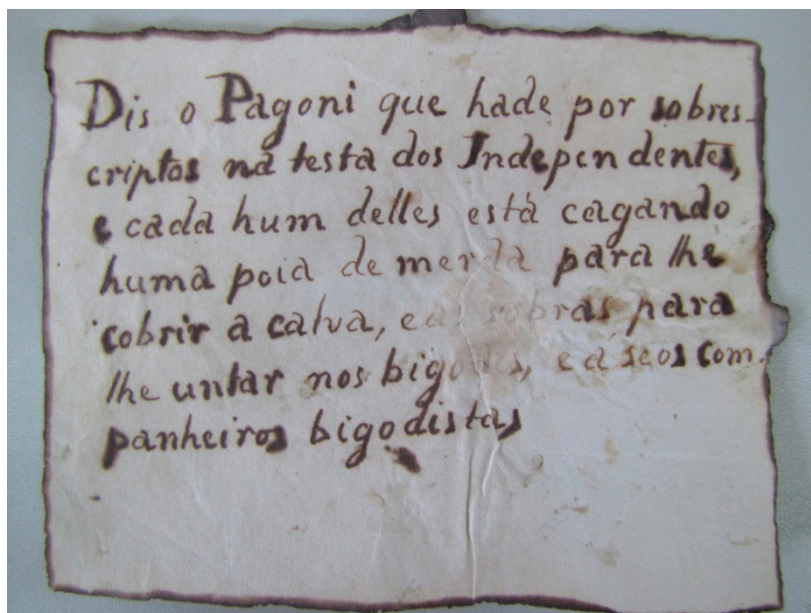
9 AHI, Bahia. Lata 195, maço 1, pasta 7.

10 AHI, Rio de Janeiro. Lata 195, maço 6, pasta 2 (1821).

“país das araras e dos Coqueiros”<sup>11</sup>. Ou outro pasquim, exibido no Maranhão, quando da guerra de Independência, que afirmava que os *independentes* estavam “cagando uma poia de merda”<sup>12</sup>.



Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty, Portugal. Lata 195, maço 6, pasta 13.



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite, São Luís. Pasta 276, M4, G-2, E-1.

11 AHI, Portugal. Lata 195, maço 6, pasta 13.

12 BPBL, São Luís. Pasta 276, M4, G-2, E-11.



## GÊNEROS E LINGUAGEM POLÍTICA DOS PAPELINHOS

Para atingir seus objetivos, esses escritos assumiram diversas formas, quase sempre recorrendo a um registro próximo da fala: proclamações — oficiais e particulares — que convidavam a população a participar diretamente da ação política por meio de um apelo patriótico, usando conceitos como cidadãos, guerreiros e heróis; poesias e hinos — bastante comuns nos panfletos impressos, embora nesse caso fossem de caráter mais laudatório —, declamados nas ruas e no teatro, este último transformado em novo espaço de sociabilidades (Neves, 2003, pp. 89-113; Morel 2005, pp. 233-9); cartas, amplamente utilizadas nos panfletos impressos, buscando uma intensa “rede de polêmicas”, embora nos manuscritos aparecessem em menor quantidade, como uma espécie de aviso, buscando dar conselhos às autoridades; reflexões e propostas, que apresentavam breves comentários sobre a situação da época, como uma que recomendava a D. João VI assinar a Constituição portuguesa; relatos e notícias com pequenas narrações sobre os eventos; e simples relações — listagem de vários nomes, às vezes sem comentários, outras, exigindo a prisão de pessoas consideradas absolutistas, ocupando o cargo de ministros do rei, como Tomás Villanova Portugal, ou corruptas, como Francisco Bento Maria Targini, nobre português, que era Tesoureiro do Real Erário e sempre muito criticado, especialmente por Hipólito da Costa, que o descrevia como “escrivente do Erário, sem outros bens mais do que o seu minguado salário, acha-se elevado a Tesoureiro-Mor Barão, e homem riquíssimo; administrando um Erário, que sempre se acha pobre”<sup>13</sup>.

Mas qual era a linguagem política desses papelinhos? Em verdade, assim como os panfletos impressos, eles veiculavam as ideias da época, expressando novas perspectivas da vida política e de um mundo ideal que ansiavam construir. Como o maior número de panfletos manuscritos foi redigido em 1821, nada mais natural haver uma grande divulgação dos princípios do Constitucionalismo. Assim, Constituição era a palavra-chave desses escritos, vista como o elemento fundamental para esse processo de mudança. De início, a inspiração vinha de Portugal, como expressava um pasquim afixado nas ruas de Lisboa, após a circulação das notícias sobre a vitória do movimento constitucionalista do Porto:

---

13 *Correio Braziliense*, Londres, v. 17, 1816, p. 662. Para uma análise mais aprofundada sobre os gêneros e o perfil dos panfletos, ver Basile, Carvalho e Neves, 2016, pp. 86-92.

Viva a Constituição  
E também  
Viva a religião! Viva el rei!  
Lisbonenses: não temais  
As iras deste papão

Pois não é mais que um burro  
Com a pele de um leão  
Gritai pois, seiscentas vezes  
Viva a Constituição!<sup>14</sup>

Numa atitude provocatória, esse panfleto era colado sobre as proclamações do governo do Reino, ironicamente chamado de “papão”. Apontava, portanto, para o papel fundamental da Constituição que devia ser elaborada pelas Cortes de Lisboa, convocadas de forma moderna, pois não mais eram consultivas, mas sim deliberativas. Ou seja, foram convocadas para elaborar a Constituição Liberal do Império Português.

Várias províncias do Reino do Brasil encontravam-se afinadas a essa proposta. Desejavam adotar a Constituição, que estava sendo elaborada nas Cortes de Lisboa, solicitando que D. João a aceitasse:

Se queres ainda reinar  
Olha beato João  
Deves ir a Portugal  
E assinar a Constituição  
Se tu depressa não vais  
Para o teu país natal  
Ó João, olha que perdes  
O Brasil e Portugal<sup>15</sup>.

Aconselhavam, até, que o rei devia enforcar toda “a corja que te cerca” e que era “contrária às ideias constitucionais”<sup>16</sup>.

---

14 Arquivo Nacional (doravante AN), Col. Negócios de Portugal. Caixa 663, pac.2, doc. 32 (1820).

15 AHI, Rio de Janeiro. Lata 195, maço 6, pasta 13.

16 *Ibidem*.

Nesses textos, encontra-se ainda uma contraposição aos termos despotismo, opressão, grilhões, ferros, escravidão e corcundas — conceitos ligados essencialmente à política do Antigo Regime. Assim, em outro manuscrito, publicado em 1821, no Rio de Janeiro, proclamava-se: “Eia pois Amados Patrícios as armas se voltem contra os Tiranos, sejamos Constitucionais”<sup>17</sup>. Em um papelinho redigido na Bahia afirmava-se: “o exemplo heroico dos bravos Baianos não nos excitará à deliberação de romper os ferros do Despotismo?”<sup>18</sup>.

Numa relação de proximidade com Constituição, encontrava-se Liberdade. É uma expressão recorrente nessa linha dos conceitos da cultura política constitucional, usada, sobretudo, para designar a luta a fim de pôr por terra, em primeiro lugar, os alicerces do Antigo Regime, com a adesão do Reino do Brasil ao movimento constitucional. Nesse sentido, para ser respeitada e considerada como um dos principais direitos individuais do cidadão, precisava ser garantida por meio de uma Constituição e por meio de medidas e providências governamentais que assegurassem a estabilidade, o sossego e a união. Devia, por conseguinte, levantar-se o grito da Liberdade, clamando, do Amazonas ao Prata, pela instauração de um Congresso e uma Constituição adaptados às necessidades do Brasil. Mais tarde, em 1822, quando afloraram as divergências entre as Cortes de Lisboa e o governo do Brasil, Liberdade também significou a superação colonial. Assim, um papelinho que circulava na Bahia, em inícios de 1821, proclamava:

Negociantes da Bahia! Vós sois o nervo do Estado; (...) Os vossos Irmãos, e associados da Europa têm aberto a estrada da glória. Segui-os pois: e entoai com eles o Cântico saudável da Liberdade no Brasil — Viva a Constituição, e o justo rei, que não contravirá<sup>19</sup>.

Outro conceito também explorado por esses pasquins era o de soberania. Afirmava-se que havia sido por intermédio do povo que se atribuía poder ao rei e ao povo competia, portanto, legislar. Logo, o rei era apenas um chefe que devia executar a lei imposta pela nação. Ele não podia ditar a lei. Reforçando tais ideias, um escrito afirmava que era possível haver “Povo sem Rei, mas não podia haver Rei sem ter Povo”<sup>20</sup>.

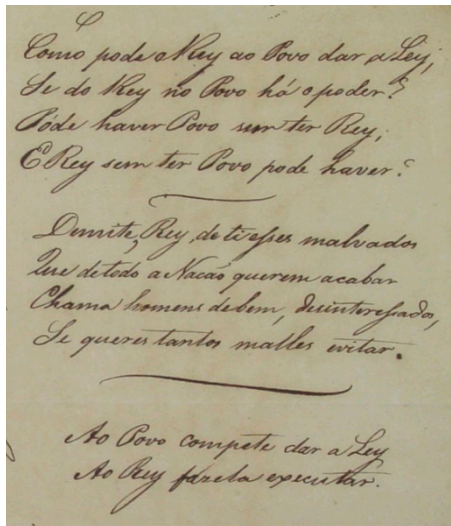
17 AHI, Rio de Janeiro, pasta 2.

18 *Ibidem*. Lata 195, maço 6, pasta 2.

19 AHI, Bahia. Lata 195, maço 1, pasta 17.

20 *Ibidem*, maço 6, pasta 13.

De forma implícita, expunham-se propostas de um novo pacto social, baseado na perspectiva de uma soberania que não mais era direito exclusivo do soberano, como no Antigo Regime, mas que devia residir no povo, sendo representado legitimamente por uma Assembleia que passava a possuir o direito “inalienável e imprescritível de formar, estabelecer e aperfeiçoar uma Constituição” (Miranda, 1821, p. 53). O rei devia apenas executar as leis elaboradas pela nação. Logo, alertava-se não ser mais possível que o rei violasse tais direitos, como também registrava um panfleto impresso: “os Reis são feitos para os Povos, e não os Povos para os Reis; que os Povos podem viver e existir sem os Reis e não os Reis sem os Povos” (*ibidem*). Verifica-se que assuntos tratados pelos panfletos manuscritos também eram registrados nos impressos.



Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Bahia. Lata 195, maço 6, pasta 13

Em outros papelinhos, encontrava-se uma linguagem política em que se faziam presentes apelos revolucionários. Há textos que incitavam o povo a aderir ao movimento constitucionalista:

Às armas Cidadãos É tempo Às Armas  
Nem um momento mais, perder deveis  
Se à força da razão, os Reis não cedem  
Das armas ao [sic] poder cedam os reis<sup>21</sup>

21 AHI, Rio de Janeiro. Lata 195, maço 6, pasta 13

Era uma proposta que lembrava aquela da Revolução Francesa — *Citoyens! Aux armes!* —, ainda que não refletisse o mesmo clima febril, pois o objetivo não consistia em destronar a dinastia reinante — a de Bragança. Pretendia-se apenas pôr fim ao despotismo, que havia tanto tempo oprimia os súditos do Império Português. Em outro manuscrito, já no contexto do pós-independência, declarava-se que o Brasil se constituía em “Império independente e separado”. Logo, em função de sua dignidade “e para bem da sua conservação”, devia-se repelir “a força com a força”, exigindo-se que se “declarasse logo a Guerra a Portugal”, frente às hostilidades que a antiga metrópole pregava contra o Reino do Brasil<sup>22</sup>.

Ainda se fazia presente um vocabulário político que traduzia um apelo cívico e emocional, vislumbrado em expressões como: “Bravos Guerreiros”, “Cidadãos Baianos”, “Heróis da Bahia”<sup>23</sup>, que eram convidados a pegar em armas contra o despotismo das Cortes, lutando por seus direitos de liberdade.

Por fim, observa-se que, se, em boa parte dos papelinhos, ainda se manifestava um sentimento favorável à proposta de um Reino Unido a Portugal ou de uma monarquia dual, algumas exceções existiam. Às vésperas da Independência, uma proclamação escrita na Bahia demonstrava simpatia à causa da Independência: “Brasilienses, e Bons Brasileiros, o nosso amado Príncipe nos diz ‘E sobre esta Pedra edificarei o Meu Império do Brasil’” — numa alusão clara ao apóstolo Pedro, que edificou a Pedra da Igreja Católica<sup>24</sup>. No Rio de Janeiro, um panfleto redigido no final de 1822 ou início de 1823 proclamava que o Brasil se constituía como um “Império independente e separado”, devendo declarar “o direito de talião contra os soldados Portugueses, que forem feitos prisioneiros”, uma vez que os soldados brasileiros eram castigados como rebeldes. Assim, a luta transformava-se em “justa guerra”<sup>25</sup>. Há mesmo alguns documentos oficiais, como uma proclamação de D. Pedro aos Portugueses, em que, criticando as medidas de força dirigidas contra o Império do Brasil, exclamava que: “Toda a força é insuficiente contra a vontade de um Povo, que não quer viver escravo”. Afirmava que Portugal, ou aceitava a separação do Brasil por meio de laços de amizade, ou enfrentaria a “guerra mais violenta”, que só podia acabar com “o reconhecimento da Independência do Brasil, ou com a ruína de ambos os Estados”<sup>26</sup>.

22 AHI, Rio de Janeiro. Lata 195, maço 6, pasta 13.

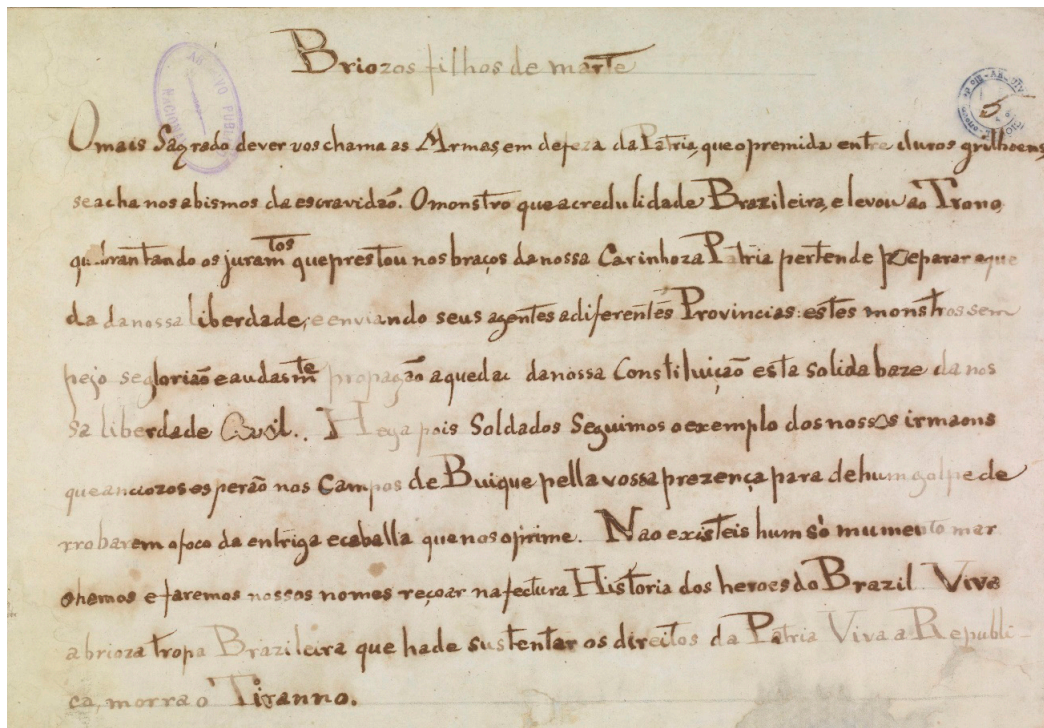
23 *Idem*, Bahia. Lata 195, maço 1, pasta 7.

24 *Ibidem*.

25 AHI, Rio de Janeiro. Lata 195, maço 6, pasta 13.

26 AN. BR RJANRIO 2H.0.0.45/1, 1822.

Acompanhando a conjuntura histórica, em 1824, uma nova guerra civil iniciou-se no Império do Brasil — A Confederação do Equador. Proclamada em 2 de julho daquele ano, resultava de uma profunda insatisfação com a política do Rio de Janeiro. O movimento pretendia reunir, sob a forma de um governo federativo e republicano, além de Pernambuco, as províncias do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e, possivelmente, do Piauí e do Pará. Contando com a participação dos elementos urbanos das camadas populares, manifestou um acirrado sentimento antilusitano e autonomista. Além da guerra de combates, houve também uma guerra de palavras, na qual circularam diversos papelinhos com críticas contundentes ao imperador, agora considerado um déspota, após o fechamento da Assembleia Constituinte e a outorga da Constituição de 1824. “Briosos filhos de Marte. O mais sagrado dever vos chama às Armas, que oprimida em duros grilhões se acha no abismo da escravidão.” “O monstro que a credulidade Brasileira elevou ao Trono, quebrantando os juramentos que prestou nos braços de nossa Carinhosa Pátria”, pretende enviar seus agentes às demais províncias para a adesão da Constituição outorgada em 1824. As proclamações findavam incitando o povo a se rebelar para que entrassem na “História dos Heróis do Brasil”. E terminavam com os tradicionais, mas distintos, Vivas: “Viva a briosa tropa Brasileira que há de sustentar os direitos da Pátria. Viva a República. Morra o Tirano”<sup>27</sup>.



Fonte: Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Caixa 742, pac. 1.

27 AN, Rio de Janeiro. Caixa 742, pac. 1.

Com a mesma violência, outro escrito incitava o Brasil a sacudir a opressão que o dominava, a traição dos portugueses e seu malungo. Era “melhor morrer pela Pátria” do que ser escravos de “Déspotas e Tiranos”. Terminavam dando vivas à Pátria, vivas aos bons brasileiros e Viva a República do Brasil! A problemática se alterava. A guerra não era mais contra Portugal, mas contra aquele considerado o maior déspota português – D. Pedro I<sup>28</sup>.

Apesar da questão fundamental dos papelinhos ser política, não se referindo aos problemas sociais, pequenas exceções podem ser apontadas. Nos escritos do Rio de Janeiro, há menções aos que criticavam o poder do monarca, que demonstravam “seus sentimentos até aos Negros que souberem ler”<sup>29</sup>. Outro panfleto desejava que se preparasse uma guerra aos portugueses, que há muito tempo hostilizam o Brasil com tropas, intrigas e, até mesmo, planejando “sublevar e armar os escravos”<sup>30</sup>. Outro papelinho fazia reflexões, mas de maneira positiva, sobre os melhoramentos necessários à Justiça, indagando o que “precisa o estado da escravatura para suavizar sua mísera condição, sem caçar o direito de sua carta de propriedade, evitando tantas queixas de sevícias”<sup>31</sup>. Outro instigante panfleto, este estampado no Maranhão, assinado por “O Povo Liberal do Maranhão”, criticava o chefe de Polícia, chamado de “déspota” e de “bêbado”, pelo costume de castigar com bolos o “povo forro que gozando de sua liberdade é maltratado com violências”. Pedia ao bispo que lesse o papelinho colado na porta da catedral para ver se “homens mulatos e mulatas forras não apanhem castigos arbitrários”. E prosseguia: “... todos somos Cidadãos, somos livres, amamos El-Rei e as Cortes, e por isso a Lei é igual para todos, e somos todos iguais, igual seja o castigo para quem fizer crime, que tanto faz o branco como os das mais cores libres e não cativos”. Ainda pretendiam mandar o papelinho para outras localidades caso o problema não fosse resolvido<sup>32</sup>. Assim, eram raríssimos os papelinhos que incluíam os escravos em seus textos, da mesma forma que os impressos, sendo uma das exceções a “Correspondência do Tio Lopes”, compilada por Starling e Lima (2021, pp. 181-217).

---

28 AN, Rio de Janeiro. Caixa 742, pac. 1.

29 AHI, Rio de Janeiro. Lata 195, maço 6, pasta 13.

30 *Ibidem*.

31 *Ibidem*, pasta 2.

32 BPBL, São Luís. Pasta 276, M4, G-2, E-11.

## À GUIA DE CONCLUSÃO: OS PAPELINHOS COMO INSTRUMENTO DO SABER POLÍTICO

À guisa de conclusão, alguns pontos podem ser levantados a partir desses papelinhos elaborados nesse largo tempo das Independências. Em primeiro lugar, eles apresentavam sua originalidade, não se constituindo como simples reprodutores das ideias presentes nos panfletos impressos, uma vez que traziam à tona propostas novas, algumas mais radicais, que contribuíam para a multiplicação de instrumentos de discussão política do período.

Em segundo lugar, as proposições contidas nesses escritos de se fazer uma revolução, de incitar os cidadãos às armas, de ameaçar D. João para jurar a Constituição, de usar a força para subordinar o rei à soberania da nação e até de elaborar críticas ofensivas às autoridades, sem dúvida, são aspectos pouco encontrados nos panfletos impressos e nos periódicos, sendo uma novidade nos discursos e nas linguagens dos papelinhos. Deve-se, contudo, tomar certo cuidado em aceitá-los como uma verdade absoluta. Se é possível afirmar que os panfletos manuscritos incorporavam as linguagens do constitucionalismo e de um liberalismo mais radical à inédita discussão política no Brasil Reino, é preciso levar em conta que a política não se encontrava totalmente desvinculada da moral religiosa e de princípios do Antigo Regime. O peso da tradição e da religião ainda se faziam presentes nas Luzes Mediterrânicas, por meio, por exemplo, dos vivas dados habitualmente ao final das proclamações. Viva a Constituição! Viva ao Rei! Mas também, Viva à Religião Católica.

Por conseguinte, tais panfletos manuscritos, lidos em voz alta nas ruas e nas praças ou copiados de formas semelhantes ou distintas, permitem constatar sua circulação mais ampla nos espaços públicos, esboçando uma incipiente opinião pública. O Império Brasílico entrava na via da política moderna, ainda que mesclada à política antiga. Por detrás desses rótulos, porém, outros elementos encontravam-se em disputa, não se devendo esquecer outro fato primordial, muitas vezes usado como uma espécie de temor social — a escravidão africana.

Em terceiro lugar, deve-se destacar que a grande importância desses escritos deriva do fato de servirem de principal meio de comunicação para a maior parte da população, ávida de informação sobre a nova vida política que se esboçava então. A partir da análise das linguagens políticas desses manuscritos, verifica-se que ideias e conceitos se politizavam e se democratizavam (Koselleck, 2009, pp. 96-9), demonstrando como esses instrumentos do saber político possibilitaram que a política saísse do círculo restrito da Corte e alcançasse os espaços públicos. Permitiram, portanto, a participação de diferentes grupos sociais na constituição desse novo *locus* de debate político.



Logo, pode-se verificar que ainda há muito a ser analisado nesses panfletos manuscritos, que oferecem novas perspectivas sobre o movimento constitucional que o Brasil conheceu em 1821, bem como sobre seu processo de separação de Portugal. Demonstram que, para além das guerras civis propriamente ditas, uma guerra real de fuzis e canhões, houve outra guerra — a das ruas: uma guerra de insultos, de confrontos e de ofensas que envolveram diversos atores. Tais escritos constituíram a história de um tempo. São memórias, enfim, que, ao apresentar distintas visões de um mesmo fato, servem como fundamentos da história, porque permitem também repensar a História do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Álvaro; FIGUEIREDO, Luciano. *Opasquim do Calambau: infâmia, sátira e o reverso da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Chão, 2022.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Lata 195, maço 6, pasta diversas.
- ARQUIVO NACIONAL. Caixa 742, pac. 1.
- \_\_\_\_\_. Col. Negócios de Portugal. Caixa 663, pac. 2, doc. 32. (1820).
- \_\_\_\_\_. BR RJANRIO 2H.0.0.45/1. Proclamação do Imperador Pedro I aos Portugueses. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1822.
- BASILE, Marcello, CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lucia Maria Bastos. “Pelo povo, o poder é dado: a linguagem constitucionalista dos panfletos manuscritos da Independência”. In MAGALHÃES, A. M'; MARINS, Á.; BEZERRA, R. Z. (org.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016, pp. 85-102.
- BIBLIOTECA Pública Benedito Leite. São Luís. Pasta 276, M. 4.
- CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello. *Às armas, cidadãos!:* panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora UFMG, 2012.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Guerra Literária: Panfletos Políticos da Independência (1820–1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, 4 vols.
- CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil, 2003.
- COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.
- CORREIO BRAZILIENSE. Ed. Hipólito Costa. Londres, vol. 17, 1816.
- FAORO, Raimundo. *O debate político no processo de Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

- FURET, François; OZOUF, Jacques. “Trois siècles de métissage culturel.” *Annales. Economies, Sociétés. Civilisations*, Paris, v. 32, n. 3, pp. 488-502, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. “Introducción al Diccionario histórico de conceptos políticos-sociales básicos en lengua alemana”. Trad. Luis Fernández Torres. *Anthropos*, Barcelona, n. 223, pp. 92-105, 2009.
- LUCAS, Vanessa Fraguas Serra. “*Pode haver Povo sem ter Rei; E Rei sem ter Povo pode haver?*”: panfletos manuscritos e emancipação do Reino do Brasil. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2014.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821–1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- MIRANDA, José Antonio. *Memoria constitucional e politica sobre o estado presente de Portugal e do Brasil*; dirigida a elrey nosso senhor e offerecida a sua alteza o principe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e regente do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1821.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820–1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEVES, Lucia M. Bastos P. “Entre impressos e manuscritos: a guerra de pena na independência do Brasil (1820–1823)”. In CURY, C. E.; GALVES, M. C.; FARIA, R. H. M. (org.). *O Império do Brasil: educação, impressos e confrontos sociopolíticos*. São Luiz: Café & Lápis/Uema, 2015, pp. 155-83.
- \_\_\_\_\_. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820–1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.
- \_\_\_\_\_; RODRIGUES, José Damião; SANTOS, Fabiano Vilaça dos (org.). *Revoltas no mundo atlântico: identidades, conflitos e protestos (séculos XVII–XIX)*. Rio de Janeiro: ContraCapa/Faperj, 2022.
- O CAMPEÃO Portuguez em Lisboa derrubado por terra a golpes da verdade e da justiça, por hum brasileiro natural do Rio de Janeiro, que a oferta e dedica aos amantes da causa do novo Império Brasiliense. Rio de Janeiro: Tip. de Torres & Costa, 1822.
- STARLING, Heloisa Maria Mugel; LIMA, Marcela Telles Lian (org.). *Vozes do Brasil: linguagem política na Independência, 1820–1824*. Brasília: Edições do Senado, 2021.